

ÁREA DE POLÍTICA MONETÁRIA
DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DO MERCADO ABERTO

COMUNICADO Nº 38.487, DE 28 DE MARÇO DE 2022

Divulga a Taxa Básica Financeira (TBF), o Redutor "R" e a Taxa Referencial (TR) relativos a 25 de março de 2022.

De acordo com o que determina a Resolução nº 4.624, de 18.1.2018, comunicamos que a Taxa Básica Financeira (TBF), o Redutor "R" e a Taxa Referencial (TR) relativos ao período de 25.3.2022 a 25.4.2022 são, respectivamente: 0,8113% (oito mil, cento e treze décimos de milésimo por cento), 1,0076 (um inteiro e setenta e seis décimos de milésimo) e 0,0509% (quinhentos e nove décimos de milésimo por cento).

ANDRE DE OLIVEIRA AMANTE
Chefe

COMUNICADO Nº 38.486, DE 25 DE MARÇO DE 2022

Divulga condições para a realização de operações compromissadas com instituições financeiras participantes do módulo Oferta Pública (Ofpub).

O Banco Central do Brasil, com base no disposto na Resolução BCB nº 75, de 23 de fevereiro de 2021, torna público que, das 12:00 às 12:30 horas do dia 28 de março de 2022, acolherá propostas das instituições financeiras participantes do módulo Ofpub para a realização de operações de venda de títulos públicos com compromisso de revenda assumido pela instituição financeira compradora, admitida a livre movimentação dos títulos, com as seguintes características:

- I - títulos:
- Letras do Tesouro Nacional (LTN): vencimentos em 1º/7/2022, 1º/10/2022, 1º/1/2023, 1º/7/2023, 1º/1/2024, 1º/4/2024, 1º/7/2024, 1º/1/2025 e 1º/7/2025;
 - Notas do Tesouro Nacional, Série B (NTN-B): vencimentos em 15/8/2022, 15/5/2023, 15/8/2024, 15/5/2025, 15/8/2026, 15/8/2028, 15/8/2030, 15/8/2032, 15/5/2035, 15/8/2040, 15/5/2045, 15/8/2050 e 15/5/2055;
 - Notas do Tesouro Nacional, Série F (NTN-F): vencimentos em 1º/1/2023, 1º/1/2025, 1º/1/2027, 1º/1/2029, 1º/1/2031 e 1º/1/2033; e
 - Letras Financeiras do Tesouro (LFT): vencimentos em 1º/9/2022, 1º/3/2023, 1º/9/2023, 1º/9/2024, 1º/3/2025, 1º/9/2025, 1º/3/2026, 1º/9/2026, 1º/3/2027 e 1º/9/2027.

II - valor financeiro máximo desta oferta: R\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), observado que, de um mesmo título/vencimento, cada instituição financeira poderá adquirir, no máximo, 100% do valor de sua(s) proposta(s) aceita(s);

III - preços unitários de venda: os informados pelo Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab), às 11:30 horas de 28/3/2022, na página do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) na internet (www.rtm.selic.gov.br);

IV - divulgação do resultado: 28/3/2022, a partir das 12:30 horas;

V - data de liquidação da venda: 29/3/2022; e

VI - data de liquidação da revenda: 28/6/2022.

2. Na formulação das propostas, limitadas a 3 (três) por instituição, deverão ser informados o percentual, com 4 (quatro) casas decimais, a ser aplicado sobre o fator diário da taxa Selic deduzido de uma unidade e o valor financeiro, em milhares de reais.

3. As propostas deverão ter curso na aba Ofpub/Ofdealer do Selic, opção "Lançamento" do submenu "Operações Compromissadas".

4. O resultado será apurado pelo critério de percentual único, acatando-se todas as propostas com percentual igual ou inferior ao percentual máximo aceito pelo Banco Central do Brasil, o qual será aplicado a todas as propostas vencedoras.

5. A instituição com proposta aceita deverá informar ao Demab, até as 16:00 horas de 28/3/2022, o vencimento e o valor financeiro de cada um dos títulos objeto de sua compra, utilizando o módulo "Lastro" do Selic.

6. O preço unitário da revenda será calculado com a seguinte fórmula:

$$PU_{revenda} = PU_{venda} \times P \left\{ \left[\frac{(fk - 1) \times S}{100} \right] + 1 \right\} - CJ1 \times P \left\{ \left[\frac{(fk - 1) \times S}{100} \right] + 1 \right\} - CJ2 \times P \left\{ \left[\frac{(fk - 1) \times S}{100} \right] + 1 \right\}$$

em que:

I - PU_{revenda} corresponde ao preço unitário de revenda do título ao Banco Central do Brasil na data do compromisso, arredondado na oitava casa decimal;

II - PU_{venda} corresponde ao preço unitário de venda do título pelo Banco Central do Brasil, conforme definido no primeiro parágrafo, inciso III;

III - f corresponde ao fator diário da taxa Selic, divulgado pelo Banco Central do Brasil, relativo ao k-ésimo dia útil;

IV - S corresponde ao percentual definido no quarto parágrafo;

V - n corresponde ao número de dias úteis compreendidos entre a data de liquidação da venda, inclusive, e a data de liquidação da revenda, exclusive;

VI - CJ1 corresponde ao primeiro cupom de juros unitário pago pelo título durante a vigência do compromisso;

VII - m corresponde ao número de dias úteis compreendidos entre a data de pagamento do cupom de juros, inclusive, e a data de liquidação da revenda, exclusive;

VIII - CJ2 corresponde ao segundo cupom de juros unitário pago pelo título durante a vigência do compromisso;

IX - q corresponde ao número de dias úteis compreendidos entre a data de pagamento do segundo cupom de juros, inclusive, e a data de liquidação da revenda, exclusive; e

X - P corresponde ao produtório.

7. Não havendo pagamento de cupom de juros durante a vigência do compromisso, os valores "CJ1" e "CJ2" contidos na fórmula definida no sexto parágrafo serão iguais a zero.

8. As operações de que tratam este Comunicado devem ser registradas no Selic sob o código 1047.

ANDRÉ DE OLIVEIRA AMANTE
Chefe

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO CNMP Nº 11/2019

Processo: 19.00.6160.0007090/2021-09. Contratante: Conselho Nacional do Ministério Público. CNPJ: 11.439.520/0001-11. Contratada: CONFORTO AMBIENTAL TECNOLOGIA EM DESPOLUIÇÃO AMBIENTAL EIRELI. CNPJ: 01.183.525/0001-72. Finalidade: I - Incluir a Cláusula Dezoito ao Contrato CNMP nº 11/2019, para adequação à Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGDP), II - Prorrogar o prazo de vigência do Contrato CNMP nº 11/2019 por 12 (doze) meses, compreendendo o período entre 16/5/2022 e 16/5/2023, nos termos previstos na Cláusula Quinta do instrumento original. Valor do Termo: R\$ 21.896,26 (vinte e um mil, oitocentos e noventa e seis reais e vinte e seis centavos). Data de Assinatura: 25/3/2022. Programa (PTRES): 174664. Fonte: 0100000000. Natureza da Despesa: 3.3.9.0.39.78 (Limpeza e conservação). Nota de Empenho: 2022NE000142. Signatário da Contratante: MATEUS WILLIG ARAUJO, CPF nº XXX.487.651-XX. Signatário da Contratada: IGOR AUGUSTO DE OLIVEIRA RODRIGUES, CPF nº XXX.156.987-XX.

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO CNMP Nº 10/2019

Processo: 19.00.6160.0006993/2021-09. Contratante: Conselho Nacional do Ministério Público. CNPJ: 11.439.520/0001-11. Contratada: GHS INDÚSTRIA E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 01.797.423/0001-47. Finalidade: I - Incluir a Cláusula Dezoito ao Contrato CNMP nº 10/2019, para adequação à Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGDP); II - Prorrogar o prazo de vigência do Contrato CNMP nº 10/2019 por 12 (doze) meses, compreendendo o período entre 16/5/2022 e 16/5/2023, nos termos previstos na Cláusula Quinta do contrato original. Valor do Termo: R\$ 12.449,72 (doze mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e setenta e dois centavos). Data de Assinatura: 14/3/2022. Programa (PTRES): 174664. Fonte: 0100000000. Natureza da Despesa: 3.3.9.0.39.51 (Serviços de análises e pesquisas científicas). Nota de Empenho: 2022NE000154. Signatário da Contratante: MATEUS WILLIG ARAUJO, CPF nº XXX.487.651-XX. Signatário da Contratada: MÁRCIO RODRIGO DE OLIVEIRA RODRIGUES, CPF nº XXX.136.257-XX.

AVISO DE PENALIDADE

Processo Administrativo nº 19.00.6300.0006139/2021-15. Interessado: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA, CNPJ nº 59.456.277/0003-38. Trata-se de processo administrativo instaurado a fim de apurar eventuais descumprimentos contratuais da pessoa jurídica ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 59.456.277/0003-38, que celebrou o Contrato CNMP nº 21/2019.

DECISÃO

Acolhe-se o entendimento do Gestor do Contrato no sentido de que não se mostra razoável a aplicação de penalidade à empresa para o caso sob análise, considerando a justificativa da Contratada (em junho de 2021, a empresa migrou o seu sistema global de faturamento, o que, inesperadamente, acarretou obstáculos na emissão de faturas de diversos clientes da Oracle) e que esta esteve disponível e adotou as diligências possíveis para a solução da questão, encaminhando as notas fiscais dentro do exercício de 2021, não ocasionando qualquer prejuízo orçamentário ou financeiro ao CNMP. Ademais, corroborando com a Contratada, reitera-se a possibilidade de aplicação do previsto no parágrafo quinto, da Cláusula Doze do Contrato CNMP nº 21/2019, que refere a que "Comprovado o impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo CNMP em procedimento administrativo próprio, a CONTRATADA poderá ser isentada das penalidades mencionadas." Assim, no uso da competência atribuída pelo inciso VI do art. 1º da Portaria CNMP-SG nº 194, de 9 de outubro de 2017, decide-SE não aplicar quaisquer penalidades em desfavor da pessoa jurídica ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 59.456.277/0003-38, em razão do atraso na entrega dos documentos fiscais referentes às parcelas de setembro e outubro, bem como do reajuste objeto do 2º Termo Aditivo, em desconformidade com o que dispõe o Contrato CNMP nº 21/2019, Cláusula Quarta, item 13; e itens 10.4.2 e 10.4.3 do Termo de Referência.

MATEUS WILLIG ARAUJO
Ordenador de Despesas

AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO Nº 1/2022

Fica revogada a licitação supracitada, referente ao processo Nº 1300.6732/2021-28. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços técnicos profissionais de operação de áudio e vídeo, a serem executados por postos de trabalho no Conselho Nacional do Ministério Público, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.

MARCIEL RUBENS DA SILVA
Pregoeiro

(SIDEAC - 28/03/2022) 590001-00001-2022NE000999

Ministério Público da União

EDITAL Nº 42 - MPU, DE 28 DE MARÇO DE 2022

10º CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE ANALISTA E DE TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

A SECRETÁRIA-GERAL DO MPU, PRESIDENTE DA COMISSÃO DO 10º CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE ANALISTA E DE TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (MPU), em atenção ao trânsito em julgado do acórdão proferido nos autos da Apelação nº 1000031-92.2019.4.01.3000, em trâmite no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e considerando as informações prestadas no expediente PGR-00103597/2022, torna pública a exclusão do candidato Matheus Ibsen Modesto de Sales, inscrição nº 10031840, do resultado final no concurso, divulgado por meio dos subitens 4.1.4.3 e 4.2.1.4 do Edital nº 9 - MPU, de 13 de dezembro de 2018, e suas alterações.

Torna público, ainda, em razão da exclusão acima, que os candidatos negros ao Cargo 1: Analista do MPU - Especialidade: Direito/DF classificados a partir da 144ª posição passam a ter sua classificação alterada mediante a exclusão de uma unidade; e que os candidatos negros ao Cargo 1: Analista do MPU - Especialidade: Direito classificados a partir da 265ª posição passam a ter sua classificação alterada mediante a exclusão de uma unidade.

ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO
Subprocuradora-Geral da República

SECRETARIA-GERAL

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2022 - UASG 200090

Nº Processo: 126000916/2022-11. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de diversos materiais permanentes para atender demanda da Procuradoria da República em Pernambuco, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.. Total de Itens Licitados: 17. Edital: 29/03/2022 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av Governador Agamenon Magalhães, 1800 - Espinheiro, Espinheiro - Recife/PE ou <https://www.gov.br/compras/edital/200090-5-00007-2022>. Entrega das Propostas: a partir de 29/03/2022 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 11/04/2022 às 14h00 no site www.gov.br/compras.

CINTHIA DE CARVALHO FEITOSA MENDONÇA
Pregoeira

(SIASGnet - 28/03/2022) 200090-00001-2022NE000001

PROGRAMA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 1126/2021

Termo de Credenciamento nº 1126/2021, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a CLÍNICA ODONTOLÓGICA ARANTES LTDA para prestação de Serviços Odontológicos. PGEA: 1.00.000.003733/2020-01. Vigência: 22/03/2022 a 21/03/2027. Assinatura: pelo Credenciante SONIA MARCIA FERNANDES AMARAL (Diretora Executiva) e pelo Credenciado VALERIA MORGADO ARANTES (Administradora).



EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 1296/2022

Termo de Credenciamento nº 1296/2022, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a SOCIEDADE BENEFICIENTE DE SENHORAS - HOSPITAL SÍRIO LIBANÊS (HSL UNIDADE BRASÍLIA II) para prestação de Serviços Médicos. PGEA: 1.00.000.019095/2021-12. Vigência: 30/03/2022 a 29/03/2027. Assinatura: pelo Credenciante SONIA MARCIA FERNANDES AMARAL (Diretora Executiva) e pelo Credenciado EDI CARLOS REIS DE SOUZA (Procurador).

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 990/2021

Termo de Credenciamento nº 990/2021, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a UNIFACE - UNIDADE DE CIRURGIA ORAL E MAXILO FACIAL DE BRASÍLIA LTDA para prestação de Serviços Odontológicos. PGEA: 1.00.000.014677/2021-11. Vigência: 23/03/2022 a 22/03/2027. Assinatura: pelo Credenciante SONIA MARCIA FERNANDES AMARAL (Diretora Executiva) e pelo Credenciado ELDER SANTOS CARNEIRO (Administrador).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Secretaria-Geral

Espécie: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 064/SG/MPDFT/2021. Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA nº 08191.088461/2020-60. Contratante: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios -MPDFT; CNPJ: 26.989.715/0002-93. Contratada: GRIFFO SERVIÇOS GERAIS LTDA; CNPJ: 26.426.650/0001-97. Objeto: Repactuar os preços praticados no contrato em 8,684%, a contar de 1º/1/2022, consoante o disposto na Cláusula Sexta - Da Repactuação do Contrato, na Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2022 - Sindicato dos Empregados de Empresas de asseio, conservação, trabalhos temporários e serviços terceirizáveis do DF, registrada no MTE nº DF000015/2022, com amparo nos arts. 54 e 55 da Instrução Normativa nº 5/2017 - SEGES/MP, de 26/5/2017, e no artigo 12 do Decreto nº 9.507/2018. Emitente UG/Gestão 200009/MPDFT/00001 - Tesouro Nacional. Signatários: MPDFT: WAGNER DE CASTRO ARAÚJO, Secretário-Geral; Contratada: LUIZ HENRIQUE FONSECA TEIXEIRA JUNIOR, Diretor. Data de assinatura: MPDFT: 25/3/2022; Contratada: 24/3/2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 1ª REGIÃO

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 12/2018

Espécie: 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 12/2018, firmado em 25/03/2022 com a empresa ROCHA CONTROLS MONTAGEM E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA; CNPJ nº 14.417.648/0001-72; Objeto: a) prorrogação do prazo de vigência do contrato pelo período de 12 (doze) meses, contado de 28/05/2022 a 27/05/2023; b) reajuste dos preços contratados, passando o valor mensal de R\$ 3.400,00 para R\$ 3.667,24, e o valor anual de R\$ 40.800,00 para R\$ 44.006,88, a contar da assinatura do termo aditivo; c) alteração da cláusula de obrigações da contratada; Fundamento legal: inciso II do artigo 57, inciso I do artigo 58, todos da Lei nº 8.666/1993, artigo 13 do Decreto nº 9.507/2018, c/c as Cláusulas Décima Sexta e Décima Oitava do contrato inicial; Processo MPF/PRR1 nº 1.01.000.000253/2020-42; Cobertura Orçamentária: Elemento de Despesa 3.3.90.39, Programa de Trabalho Resumido 172236; Nota de Empenho 2022NE000009, de 10/01/2022; Signatários: pela Contratante, Pedro Henrique Rodrigues de Camargo Dias e, pela Contratada, Marcus Vennícios Rocha Lopes.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL - PRDF e o CENTRO UNIVERSITÁRIO PROJEÇÃO - UNIPROJEÇÃO. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 03 ano(s). Data e assinatura: 28/03/2022. ANNA PAULA COUTINHO DE BARCELOS MOREIRA, PROCURADORA-CHEFE DA PRDFE OSWALDO LUIZ SAENGER, SÓCIO ADMINISTRATIVO. Processo Administrativo: 1.16.000.001737/2022-48.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2022

Contratantes: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República na Bahia, (CNPJ: 26.989.715/0010-01) e a empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA (CNPJ: 05.340.639/0001-30). Objeto: prestação de serviços de gerenciamento e administração de frota, cujo regime é o de execução indireta, empreitada por preço global, conforme definido no edital do Pregão Eletrônico SRP nº 3/2021. Valor global estimado anual: R\$ 357.080,13. PGEA: 1.14.000.002367/2021-50. Vigência: de 02/05/2022 a 01/11/2024. Elemento de Despesa: 33.90.30 e 33.90.39 Modalidade: Pregão eletrônico. Data de assinatura: 25/03/2022. Assinam: Frederico Guilherme Penalva Mattos, pela contratante, e Taisa Marsola Spaduzano, pela contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA PARAÍBA

AVISO DE PENALIDADE

O Procurador-Chefe da Procuradoria da República na Paraíba, no uso das atribuições legais, com fundamento nos termos do art. 33, inciso XIV, do Regimento Interno do Ministério Público Federal (Portaria PGR nº 382/2015), torna público que após decorrido prazo para recurso, não houve recurso, foi aplicada à empresa POLPA NORDESTE COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI, CNPJ nº 01.555.777/0001-85, sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, com descredenciamento do SICAF, pelo prazo de um mês, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/02 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/05, combinados com o Item 6, subitens 6.21 e 6.3, do Edital do Pregão MPF/PB Nº. 8/2016 (SRP). A penalidade é resultado da apuração de responsabilidade por descumprimento do Edital do Pregão MPF/PB Nº. 8/2016 (SRP), mediante o Processo Administrativo nº 1.24.000.001739/2016-17 da PR/PB. Data de assinatura: 22/05/2019.

MARCOS ALEXANDRE BEZERRA WANDERLEY DE QUEIROGA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO
DO RIO GRANDE DO NORTE

EXTRATO DE RESCISÃO

Espécie: Termo de Rescisão do Contrato nº 05/2019. Nº do Processo: 1.28.000.001479/2021-06. Contratante: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte (CNPJ nº 26.989.715/0025-80). Contratada: CORREIA NETTO ENGENHARIA LTDA. (CNPJ Nº 28.327.261/0001-30). Objeto: Rescisão contratual antecipada. Fundamento legal: Art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93. Data da rescisão: 31/03/2022. Data da assinatura: 28/03/2022. Assinam: Mísia Talita da Silva Bulhões, Secretária Estadual, e Cibele Benevides Guedes da Fonseca, Procuradora-Chefe, em aprovação, pela Contratante; e Assis Nunes Correia Netto, Sócio-Administrador, pela Contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2022 - UASG 200043

repetição - Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA - nº: 1.30.001.000893/2021-21. OBJETO: Contratação de SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA de 01 (um) elevador eletromecânico na PRM - São Pedro da Aldeia e 01 (um) elevador eletromecânico na PRM - Resende com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e materiais de consumo, bem como materiais e componentes de reposição imediata (os materiais corretivos estão inclusos no valor da proposta). EDITAL: a partir de 29/03/2022 às 12 h no site www.gov.br/compras/pt-br/. ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 29/03/2022 às 12 h no site www.gov.br/compras/pt-br/. ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08/04/2022 às 12 h no site www.gov.br/compras/pt-br/.

RAFAEL TADEU SALOMÃO SILVA
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2022

O Pregoeiro da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro torna público, para conhecimento dos interessados, que na licitação em epígrafe, cujo objeto é a contratação de SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA de 01 (um) elevador eletromecânico na PRM - São Pedro da Aldeia e 01 (um) elevador eletromecânico na PRM - Resende com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e materiais de consumo, bem como materiais e componentes de reposição imediata (os materiais corretivos estão inclusos no valor da proposta), foi desclassificada a única empresa participante, razão pela qual restou FRACASSADA.

RAFAEL TADEU SALOMÃO SILVA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: Procuradoria da República de Roraima. Processo nº: 1.32.000.000152/2022-67 - OBJETO: Serviços de telefonia fixa nas modalidades longa distância nacional (LDN), longa distância internacional (LDI), local fixo para fixo e fixo para móvel nas dependências da Procuradoria da República de Roraima, CONTRATADA: CLARO S.A, CNPJ: 40.432.544/0001-47, VALOR TOTAL: R\$ 12.391,21 (doze mil e trezentos e noventa e um reais e vinte e um centavos), JUSTIFICATIVA: Necessidade de contratação emergencial, nos termos do art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93, de serviços de telefonia fixa para Procuradoria da República de Roraima, em virtude de encerramento precoce do anterior. Ratificação em 21/03/2022.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 09/2021. CONTRATANTES: União Federal por intermédio da Procuradoria da República em Santa Catarina e a empresa CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA. OBJETO: prorrogação da vigência contratual. VIGÊNCIA: De 01/06/2021 à 31/05/2023. DATA E ASSINATURA: 24 de março de 2022, Maximiliano Eller pela Contratante e Cristiane Longhi Tortelli Vaz pela contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 36/2021

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 36/21; PROCESSO PR-SP/DICGC: 1.34.001.005990/2021-61; CONTRATANTE: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO; CNPJ: 26.989.715/0031-28; CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO AMIGOS METROVIÁRIOS DOS EXCEPCIONAIS - AME; CNPJ: 64.917.818/0001-56; OBJETO: Este termo aditivo tem por objeto a alteração da Cláusula Sétima - Da Vigência do Contrato Originário e a complementação da Tabela 2 do item 16.2.3 da Cláusula Décima Sexta - Das Sanções Administrativas; ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, de 01/09/2022 a 31/08/2023, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/1993; COMPLEMENTAÇÃO DA TABELA 2 DO ITEM 16.2.3 DA CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: Tabela devidamente complementada; SIGNATÁRIOS: MPF-PR/SP: ELISA BRITO SILVA, Secretária Estadual e CONTRATADA: JOSÉ DE ARAÚJO NETO; DATA DA ASSINATURA: 24/03/2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR

EDITAL DE 28 DE MARÇO DE 2022

12º CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE PROMOTOR DE JUSTIÇA MILITAR - 12º CPJM

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DO 12º CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE PROMOTOR DE JUSTIÇA MILITAR - 12º CPJM, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento à decisão liminar proferida nos autos do Processo nº 5012598-20.2022.4.04.7100, em trâmite perante a 10ª Vara Federal de Porto Alegre/RS, convoca a candidata a seguir relacionada para submeter-se às Provas Escritas Subjetivas, cuja realização ocorrerá nas datas, horários e local indicados:

Local de Prova: Porto Alegre/RS

Inscrição	Nome da Candidata
15842	JULIA DE ANDRADE NEVES DIAS BRITES

DATAS DAS PROVAS:

30 de abril de 2022 (Sábado): Grupo I - Direito Penal e Penal Militar

1º de maio de 2022 (Domingo): Grupo II - Direito Processual Penal Militar, Organização Judiciária Militar e Ministério Público da União

07 de maio de 2022 (Sábado): Grupo III - Direito Constitucional, Direitos Humanos, Direito Internacional Penal e Direito Internacional Humanitário

08 de maio de 2022 (Domingo): Grupo IV - Direito Administrativo, Direito Administrativo Militar, Direito Civil e Direito Processual Civil

HORÁRIOS: das 9 às 14 horas, com fechamento dos portões às 8h30 (horário oficial de Brasília -DF) - Grupos I, II, III, e IV.

LOCAL DE PROVA:

PORTO ALEGRE/RS

Procuradoria de Justiça Militar em Porto Alegre/RS

Rua Dr. Vicente de Paula Dutra, 95 - Bairro: Praia de Belas, Porto Alegre/RS

A candidata acima relacionada deverá observar também, para a realização das referidas provas, os demais dispositivos constantes do Edital de 24/03/2022 - Convocação para as Provas Subjetivas-, publicado no Diário Oficial da União - DOU, de 25/03/2022, Edição: 58, Seção 3, páginas 194 a 196.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE



SECRETARIA DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo SEI nº 19.03.0000.0009373/2021-79. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: E. MARGOTI EIRELI LTDA., CNPJ: 18.650.730/0001-01. Objeto: Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia para prestação de serviços de adequações das instalações de salas comerciais 10, 12 e 14, copa e depósito, do ESPAÇO RORAIMA SALAS COMERCIAIS, situado à Avenida Benjamim Constant, nº 720, Centro, Boa Vista/RR, visando abrigar a sede da Procuradoria de Justiça Militar em Boa Vista/RR. Valor total: R\$ 60.069,98. Fundamento Legal: Fundamento Legal: Inciso I do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE EDITAIS E CONTRATOSAVISO DE ALTERAÇÃO
PREGÃO Nº 4/2022

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no D.O.U de 17/03/2022 foi alterado. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para a contratação de empresa especializada em TRATAMENTO TÉCNICO-ARQUIVÍSTICO com vistas a higienizar, classificar, ordenar, descrever, acondicionar, transferir, armazenar e/ou eliminar os documentos em papel que constituem as massas documentais acumuladas na Procuradoria-Geral do Trabalho e nas unidades regionais do Ministério Público do Trabalho em todo o país, conforme as especificações e condições descritas no edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 00005 Novo Edital: 29/03/2022 das 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h59. Endereço: Saun, Quadra 5, Lote "c", Torre "a", Sala 807 Asa Norte - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 29/03/2022 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 08/04/2022, às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

ALEXANDRE ALBERTO LEAL DE ALMEIDA
Pregoeiro

(SIDE - 28/03/2022) 200200-00001-2022NE000017

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2022

Contratante: União, por intermédio da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região. Contratada: BIO PROLAB LABORATORIO DE CONTROLE DE QUALIDADE Processo: 20.02.0300.0000456/2022-84. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE DUAS ANÁLISES DA QUALIDADE DO AR INTERIOR EM AMBIENTES CLIMATIZADOS DA SEDE DA PRT 3ª REGIÃO. Fundamento Legal: Lei 14.133/21, art. 75, inciso II. Elemento de despesa: 33.90.39. 51 - SERVICOS DE ANALISES E PESQUISAS CIENTIFICAS. Valor total: R\$ 3.450,00 (três mil, quatrocentos e cinquenta reais). Ratificação em 21/03/2022, pelo Dra. Márcia Campos Duarte, Vice-Procuradora-Chefe.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2022

Contratante: União, por intermédio da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região. Contratada: CASA DOS BEBEDOUROS LTDA e L.A MARQUEZ ELETRODOMESTICOS LTDA Processo: 20.02.0300.0000512/2022-27. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO EM PURIFICADORES DE ÁGUA DA SEDE DA PRT 3ª REGIÃO. Fundamento Legal: Lei 14.133/21, art. 75, inciso II. Elemento de despesa: 33.90.30. 25 - MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS. Valor total: R\$ 1168,00 (um mil, cento e sessenta e oito reais) e R\$ 1.029,01 (um mil, vinte e nove reais e um centavo) respectivamente. Ratificação em 22/03/2022, pelo Dra. Márcia Campos Duarte, Vice-Procuradora-Chefe.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2022

Objeto: Contratação de empresa especializada na elaboração de projetos para adequação de cabeamento estruturado e das redes de elétrica que servem às redes estruturadas, incluindo serviços de assistência técnica, acompanhamento técnico e vistoria de obras em Unidades da PRT 9ª Região, conforme Edital e Anexos. Total de itens licitados: 9, divididos em 4 grupos. Edital: 29/03/2022, das 8h00 às 17h59, no site www.comprasnet.gov.br. Entrega das propostas: a partir das 8h00 do dia 29/03/2022. Abertura: 11/04/2022 às 10h30. UASG 200054. Site: www.comprasnet.gov.br.

FABIANO RATTON KUMMER
Pregoeiro

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 10/2018; Contratante: União/Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Regional Trabalho 10ª Região; Contratado: MAETECH LTDA. Objeto: promover a prorrogação da vigência do contrato por mais 12 (doze) meses consecutivos, correspondendo ao período de 20/06/2022 à 19/06/2023; Notas de Empenho: 2022NE000046 e 2022NE000047; Data da assinatura: 28.03.2022; Signatários: Pela Contratante, Geny Helena Fernandes Barroso Marques e pela Contratada, André Luiz Sampaio

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2022 - UASG 200206

Nº Processo: 363/2021-04. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva e instalação/remanejamento de equipamentos de ar condicionado, no âmbito da PRT24.. Total de Itens Licitados: 15. Edital: 29/03/2022 das 12h00 às 17h59. Endereço: Rua Dr. Paulo Machado, 120 - Santa Fé, - Campo Grande/MS ou <https://www.gov.br/compras/edital/200206-5-00002-2022>. Entrega das Propostas: a partir de 29/03/2022 às 12h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 11/04/2022 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: O edital e seus anexos estão disponíveis nos sites <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e <https://mpt.mp.br/MPTtransparencia/pages/portal/informacoesDetalhadasLicitacao.xhtml>.

CLAIRE SOARES DE OLIVEIRA BORDINI
Pregoeira

(SIASGnet - 21/03/2022) 200206-00001-2022NE000018

Tribunal de Contas da União

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA-GERAL ADJUNTA DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE GESTÃO DE PROCESSOS

EDITAL Nº 475/2022-TCU/SEPROC, DE 24 DE MARÇO DE 2022

Processo TC 001.024/2020-5 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADO ANTÔNIO CARLOS BELINI AMORIM (CPF: 039.174.398-83) para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto à(s) ocorrência(s) descrita(s) a seguir e/ou recolher aos cofres do Fundo Nacional de Cultura, valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 24/3/2022: R\$ 1.472.006,88; em solidariedade com os responsáveis Amazon Books & Arts Eireli, CNPJ-04.361.294/0001-38; e Felipe Vaz Amorim, CPF-692.735.101-91.

O débito decorre da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos recebidos por força do Pronac 06-5447, em virtude da impugnação total das despesas, no valor de R\$ 642.000,00, em razão da não aprovação da prestação de contas, ante a ocorrência das seguintes irregularidades/impropriedade, o que caracteriza infração ao parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal; art. 93 do Decreto-Lei 200/67; Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU 424/2016.

A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento do(s) débito(s) atualizado(s) e acrescido(s) de juros de mora até 24/3/2022: R\$ 2.137.884,32; b) imputação de multa (arts. 57 e 58, Lei 8.443/1992); c) julgamento pela irregularidade das contas anuais do responsável ora chamado em audiência, caso figure do rol de responsáveis de processo de contas anuais (art. 16, inciso III, Lei 8.443/1992); d) inscrição do nome em lista de responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares, para os fins previstos no art. 3º, inciso I, alínea "g" e no art. 3º da Lei Complementar 64/1990; e) inclusão do nome do responsável no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), e em outros cadastros de inadimplentes; f) inscrição de responsabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi); g) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60, Lei 8.443/1992); e h) no caso de licitante, declaração de inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal (art. 46, Lei 8.443/1992).

A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas saneará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalva e expedirá quitação da dívida. Consequentemente, caso não seja reconhecida a boa-fé do responsável pelo TCU ou caso sejam constatadas outras irregularidades nas contas, o mero recolhimento do débito atualizado monetariamente não impedirá eventual condenação ao referido pagamento acrescido de juros de mora, abatendo-se os valores já recolhidos.

Não havendo manifestação no prazo, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se a revelia (art. 12, § 3º, Lei 8.443/1992).

A informação prestada deverá ser classificada quanto ao grau de confidencialidade, nos termos do art. 6º, *caput* e parágrafo único, da Resolução-TCU 294/2018, caso contrário será tratada como pública para o Tribunal.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). Informações detalhadas sobre acesso e uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e de credenciamento, podem ser consultadas ao acessar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU. A visualização de processos e documentos sigilosos depende de autorização do relator, após solicitação formal da parte.

Informações detalhadas acerca do processo, da(s) irregularidade(s) acima indicada(s), do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Gestão de Processos (Seproc), telefone (61) 3527-5234, e-mail cacidadesao@tcu.gov.br, ou em qualquer outra Secretaria de Controle Externo do Tribunal.

RENAN SALES DE OLIVEIRA
Chefe de Serviço

EDITAL Nº 325/2022-TCU/SEPROC, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

TC 012.118/2018-4 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADO José Creomar de Mesquita Costa, CPF: 054.568.273-87, do Acórdão 1948/2021-TCU-Plenário, Rel. Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, Sessão de 11/8/2021, proferido no processo TC 012.118/2018-4, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-o a recolher aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência, acrescidos dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 24/2/2022: R\$ 4.861.934,38; em solidariedade com a responsável Maria Beatriz de Mesquita Costa, CPF-109.010.272-00. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, mediante GRU, código 13901-7, da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 65.000,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, Regimento Interno do TCU).

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). Informações detalhadas sobre acesso e uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e de credenciamento, podem ser consultadas ao acessar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU. A visualização de processos e documentos sigilosos depende de autorização do relator, após solicitação formal da parte.

Informações detalhadas acerca do processo, dos valores históricos do débito com as respectivas datas de ocorrência e do cofre credor podem ser obtidas junto à Secretaria de Gestão de Processos (Seproc), telefone (61) 3527-5234, e-mail cacidadesao@tcu.gov.br, ou em qualquer outra Secretaria de Controle Externo do Tribunal.

RENAN SALES DE OLIVEIRA
Chefe de Serviço

EDITAL Nº 484/2022-TCU/SEPROC, DE 25 DE MARÇO DE 2022

Processo TC 035.184/2018-3 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DE LEITE DE PAUS PRETOS, CNPJ: 08.307.907/0001-00, na pessoa de seu representante legal, do Acórdão 978/2022-TCU-Segunda Câmara, Rel. Ministro Aroldo Cedraz, Sessão de 8/3/2022, proferido no processo TC 035.184/2018-3, por meio do qual o Tribunal retificou, por erro material, subitem "3.2." do Acórdão 1703/2021-TCU-Segunda Câmara, que passou a ter a

